

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Santa Helena Energia S.A. (“Companhia”), é uma Companhia por ações de capital fechado, constituída em 17 de maio de 2010, localizada na Rodovia GO-325, KM 16, à direita 4 KM, Rancho Ypê, Município de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás e tem como objetivo a implantação e operação da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH YPÊ.

Em 06 de fevereiro de 2014, foi outorgada a Portaria n.º 46, pelo Ministério de Minas e Energia, para exploração do potencial hidráulico na modalidade de produtor independente de energia, pelo prazo de 35 anos. A Companhia tem capacidade instalada de 30 MW, e tem 86,53% de sua garantia física comercializada no ambiente regulado - ACR, por meio do 16º Leilão de Energia Nova, realizado em 29 de agosto de 2013 e o restante, 13,47% de sua garantia física são liquidados no ambiente de comercialização livre - ACL.

A PCH YPÊ possui três Unidades Geradoras de 9,133MW e uma de 2,6MW. As Unidades geradoras de 9,133MW obtiveram seu despacho de operação comercial em 02 janeiro de 2018 e a Unidade Geradora de 2,6MW teve sua autorização para operar comercialmente em 16 de março de 2018.

No ano de 2024, a PCH Ypê teve 100% de sua capacidade produtiva apta a operar. O montante gerado em 2024 perfaz 65% de sua garantia física, tendo em vista a disponibilidade hídrica abaixo do esperado, a vazão afluente realizada performou apenas 53% da média histórica. Do tempo total de operação 30% foi investido em manutenção preventiva e apenas 3% em manutenção corretiva, o que demonstra uma excelente confiabilidade para geração de energia.

Com relação ao mercado de energia, a Companhia comercializou em média 16,7 MW no ambiente regulado e 17,60 MW no ambiente livre, sendo 2,60 MW valorado ao Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) mais “spread” e o restante negociado bilateralmente durante todos os meses do ano.

1.1. Continuidade operacional

A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Portanto a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando em um futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)**

A aprovação da Administração para conclusão e emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 ocorreu no dia 14 de março de 2025.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

Base de preparação

i. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

ii. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

iii. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis, provisão para créditos duvidosos, Imposto de Renda e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais premissas da Companhia relativas às fontes de incerteza, em virtude das quais estimativas futuras podem resultar em valores diferentes após a liquidação são apresentadas a seguir:

- Nota Explicativa nº 10 - vida útil e *impairment* do ativo imobilizado;
- Nota Explicativa nº 20 - valor justo de Instrumentos financeiros.

iv. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

A receita é mensurada com a base no valor justo de contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre a venda ou prestação de serviço. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita.

Reconhecimento de receita

A receita deve representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços à clientes de maneira a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumpri as obrigações de desempenho.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Pelos novos requerimentos do CPC 47, a receita somente pode ser reconhecida quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

i) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

ii) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas e despesas operacionais são reconhecidas na demonstração do resultado pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros em curto prazo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

ii) Custo amortizado

Custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os custos amortizados (inclusive valores a receber de clientes) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de não ser possível recuperá-lo.

Em 2024 e 2023, o montante da perda por *impairment* foi mensurado pelo método Valor Justo Líquido de despesa de venda. O Valor Justo Líquido de despesa de venda corresponde ao montante a ser obtido pela venda de um ativo imobilizado deduzido das despesas estimadas de venda.

iv) Não reconhecimento/(baixa) de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra Companhia. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado. As transferências de ativos (cessão de crédito) são efetuadas, principalmente para partes relacionadas.

d) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou pelo valor de custo amortizado, empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

i) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

ii) Não reconhecimento/(baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

e) Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Administração avaliou que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e não teve impacto em suas demonstrações contábeis.

A Companhia aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções:

- i)** Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2);
- ii)** Contratos de curto prazo ou com prazo remanescente em 1º de janeiro de 2019 igual ou inferior a 12 meses: a Companhia reconheceu os pagamentos de arrendamentos associados a estes arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo destes;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

- iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor: a Companhia reconheceu os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo do arrendamento; e
- iv) Aplicou taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

Adicionalmente, a Companhia é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

f) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e têm seu valor líquido registrado no resultado como outras receitas.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados, quando aplicável, apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii) Depreciação

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada, mas não pela redução ao valor recuperável. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

g) Intangível

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e testados sempre que houver indicação de perda de valor recuperável. O período e o método de amortização de ativos intangíveis com vida definida são revistos no mínimo no final de cada exercício. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas devido a mudanças no período ou método de amortização, sendo tratadas como mudanças nas estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com o uso dos ativos intangíveis.

Ativos intangíveis basicamente compreendem software.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor de seus ativos tangíveis e intangíveis, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, conforme critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos and IAS 36 - *Impairment of Assets*. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

i) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE)

A Companhia fez a opção para participar do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes deste mecanismo. As contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

j) Repactuação Risco Hidrológico

O governo sancionou a Lei nº 13.203/2015 e a ANEEL a Resolução Normativa nº 684/2015 que tratam da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. A Companhia aderiu a repactuação do risco hidrológico, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100).

k) Licenciamento ambiental

As licenças ambientais da Usina da Companhia estão todas válidas. Os programas básicos ambientais estão em linha com os seus cronogramas de execução e atendendo as condicionantes ambientais de suas licenças.

l) Provisões

Provisões são registradas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou implícita perante terceiros decorrente de um evento passado, e esta obrigação pode ser estimada de maneira confiável, e quando é provável que uma saída de recursos representando benefícios econômicos será exigida na sua liquidação. Provisões são registradas de maneira a refletir as melhores estimativas de valores exigidos para liquidar a obrigação ao final de cada período, considerando os riscos e incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de maneira confiável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

i) Provisão para contingências

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de tributos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

Quando o resultado das perdas for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os passivos relacionados no período em que o valor definitivo for determinado.

m) Tributação

Regime de tributação - Lucro Real em 2023

A Companhia optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido no ano de 2024. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram, quando existente, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

Regime de tributação - Lucro Presumido em 2024

O Imposto de Renda e a Contribuição Social foram calculados com base na sistemática do lucro real. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social, com adicional de 10% sobre a base de cálculo mensal que exceder R\$ 20.000,00. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro aferido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes utilizadas no cálculo do lucro tributável.

Os impostos diferidos ativos são revistos quanto a sua recuperabilidade no final de cada exercício. Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia registra provisões para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Os impostos diferidos ativos e passivos são apurados com base nas taxas fiscais que se espera estar vigente no período em que o passivo for liquidado ou o ativo for realizado.

n) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Exceto quanto ao Imposto de Renda diferido, os demais ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

p) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, a saber:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

- a) **Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2):** exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48:** classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48:** podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) **IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) **Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública Divulgações:** permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e Banco conta Movimento	203	364
Aplicações financeiras	14.053	16.351
	<u>14.256</u>	<u>16.715</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Composto por caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata dentro de três meses ou menos e com risco imaterial de mudança em seu valor de mercado. Investimentos de curto prazo referem-se a operações de depósitos a prazo e de taxa de juros fixas vinculadas à taxa de Depósitos Interfinanceiros (DI) a 100%; e fundo de investimento refere-se a cotas de fundo de investimento, não exclusivas vinculadas a operações de valores mobiliários e financeiras com variação mensal indexada a Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com o objetivo de retornar à rentabilidade que varia de 96% a 110% do CDI.

Esses investimentos são classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.

5. Contas a receber de clientes

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Clientes Mercado interno	4.402	6.562
Clientes Mercado interno - Partes relacionadas	141	-
	<u>4.543</u>	<u>6.562</u>

O saldo do contas a receber por vencimento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o seguinte:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
A vencer		
Até 30 dias	3.086	5.586
De 31 a 90 dias	903	976
	<u>4.543</u>	<u>6.562</u>

Refere-se ao valor de venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. Quando aplicável, a Companhia constitui provisão para perdas esperadas e com base na sua política interna.

6. Impostos e tributos a recuperar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	44	87
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	174	165
	<u>218</u>	<u>252</u>

7. Outros ativos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Adiantamentos a fornecedores	233	29
Seguros	167	-
Outros	2	126
	<u>402</u>	<u>155</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

8. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis e sobre prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

A composição da conta de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é a seguinte:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo fiscal	623	623
	<u>623</u>	<u>623</u>

A movimentação de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é a seguinte:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldos no início do exercício	623	1.884
Constituição	-	-
Reversão	-	(1.261)
Saldos ao final do exercício	<u>623</u>	<u>623</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

Lucro Real

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados sobre o lucro tributável às alíquotas aplicáveis, sendo em geral 25% para Imposto de Renda e 9% para Contribuição Social (taxa composta de 34%).

	<u>2023</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social (LAIR)	13.422
Alíquota nominal de Imposto de Renda e Contribuição Social	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas pela legislação vigente	4.563
Outros efeitos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre adições	(1.542)
	<u>3.021</u>

SANTA HELENA ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Lucro Presumido	
Descrição	2024
Total da Receita bruta de venda	
Lucro presumido IRPJ	3.390
Receitas financeiras	2.912
Base de cálculo para imposto	6.302
Imposto de Renda 15%	945
Adicional de 10% (acima de R\$240 mil)	606
Imposto de Renda	1.551
Lucro presumido CSLL	5.085
Receitas financeiras	2.912
Base de cálculo para imposto	7.997
Contribuição Social	720
Total do imposto de renda e contribuição social	2.271

9. Contas em garantia e vinculadas

	2024	2023
Aplicações financeiras em garantia - retido em banco	3.645	7.419
	3.645	7.419

Aplicações financeiras em fundos DI cedidos em garantia ao financiamento de longo prazo (BNDES) via uma conta *escrow* controlada pelo administrador Banco Santander (Brasil) S.A.

SANTA HELENA ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

10. Imobilizado

Custo do imobilizado bruto	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Terrenos	Reservatórios, barragens e	Edificações e obras civis	Máquinas e equipamento	Servidões	Material em depósito	Outros	Total
Saldo em 31/12/2022	556	158	13.781	96.089	35.694	114.068	345	703	-	261.394
Adições	-	1.667	-	-	-	-	-	365	26	2.058
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(342)	-	(342)
Transferências	784	(1.777)	-	755	-	138	100	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	1.340	48	13.781	96.844	35.694	114.206	445	728	26	263.109
Adições	-	574	-	-	-	697	40	609	39	1.959
Baixas	-	-	-	-	-	(61)	-	(491)	(26)	(578)
Transferências	-	(574)	-	574	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	1.340	48	13.781	97.418	35.694	114.842	485	846	39	264.490
Depreciação acumulada										
Saldo em 31/12/2022	(94)	-	-	(10.246)	(5.406)	(18.168)	-	-	-	(33.914)
Adições	(64)	-	-	(2.150)	(1.083)	(3.681)	-	-	-	(6.978)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	(158)	-	-	(12.396)	(6.489)	(21.850)	-	-	-	(40.892)
Adições	(90)	-	-	(2.164)	(1.084)	(3.693)	-	-	-	(7.031)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	(248)	-	-	(14.560)	(7.573)	(25.543)	-	-	-	(47.923)
Saldo Líquido em 31/12/2022	462	158	13.781	85.843	30.288	95.900	345	703	-	227.480
Saldo Líquido em 31/12/2023	1.182	48	13.781	84.448	29.205	92.358	445	728	26	222.221
Saldo Líquido em 31/12/2024	1.092	48	13.781	82.858	28.121	89.301	484	846	39	216.570

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

a) **Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado**

A Companhia determina a vida útil com base no manual de controle patrimonial do setor elétrico (CPSE”) conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL.

b) **Redução ao valor recuperável de ativos**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia avaliou e não identificou indicativos de desvalorização de seus ativos, não identificando necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, ativos recém adquiridos/construídos dentre outros.

11. Fornecedores

Refere-se a contas a pagar a fornecedores basicamente de mercadorias e serviços, sem a incidência de encargos financeiros:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores - mercado interno	1.399	1.059
Fornecedores - partes relacionadas	166	183
	<u><u>1.565</u></u>	<u><u>1.242</u></u>

12. Empréstimos e financiamentos

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa Pactuada</u>	<u>2023</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>2024</u>
BNDES (Santander)	2,65% a.a. + TJLP	95.153	(5.832)	89.321
Circulante		6.888		6.900
Não circulante		88.265		82.421
		<u><u>95.153</u></u>		<u><u>89.321</u></u>

As parcelas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
2024	-	6.888
2025	6.900	6.888
2026	6.900	6.888
2027	6.900	6.888
A partir de 2028	61.721	60.713
	<u><u>82.421</u></u>	<u><u>88.265</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Operação com o BNDES

Em 20 de dezembro de 2016, foram firmados entre Santa Helena Energia S.A. e o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) contrato de financiamento, mediante abertura de crédito e de cessão fiduciária de direitos creditórios nº 16.2.0698-1 no montante de R\$ 113.565 com o propósito de:

- **Subcrédito "A"**: destinado à implantação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Ypê, com capacidade instalada de 30MW, localizada nos municípios de Santa Helena de Goiás e Tuverlândia, no Estado de Goiás, e do sistema de transmissão e conexão associado. O montante total do repasse foi no valor de R\$ 86.007, sendo R\$ 311 referente a correção;
- **Subcrédito "B"**: destinado à aquisição dos equipamentos necessários à execução da PCH Ypê. O montante total do repasse foi no valor de R\$ 27.304;
- **Subcrédito "C"**: destinado a investimentos sociais, no âmbito da comunidade, diversos dos estipulados no processo de licenciamento ambiental para a implantação da PCH Ypê. Montante a ser liberado de R\$ 565.

Em 15 de dezembro de 2017, o contrato foi aditado mantendo o montante de R\$ 113.565 com o remanejamento no Subcrédito "B" para o Subcrédito "A" no valor de R\$ 17.066, com isso o Subcrédito "A" assume o novo valor de R\$ 85.696 (anterior R\$ 68.630) e o Subcrédito "B" o novo valor de R\$ 27.304 (anterior R\$ 44.370).

Em 02 de abril de 2024, houve novo aditamento do contrato com alteração das Cláusulas Nona, Décima, Décima Segunda, Décima Terceira e Décima Oitava do CONTRATO, bem como excluir o Anexo II.

a) Cláusulas restritivas - "covenants"

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- i. a BENEFCIÁRIA, obriga-se a ceder fiduciariamente ao BNDES, nos termos do § 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14.07.65, na forma do

"Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças", a ser celebrado, os direitos de que é titular, decorrentes: (...) c) dos direitos sobre a "Conta Centralizadora" e sobre a "Conta Reserva do Serviço da Dívida", de titularidade da BENEFCIÁRIA, inclusive os créditos que venham a ser nelas depositados, até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no presente Contrato;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

- ii. Cessão fiduciária dos direitos dos contratos de comercialização de energia e ambiente regulado (CCEARs) celebrados com distribuidoras de energia, na forma do 16º leilão de energia nova (“Leilão A-5/2013”), e de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pela Santa Helena no ambiente de contratação livre ou no ambiente de contratação regulada. Cessão fiduciária dos direitos emergentes até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas em contrato;
- iii. Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (contas garantias vinculadas) - vide Nota Explicativa nº 9;
- iv. Manter na CONTA CENTRALIZADORA fluxo mensal em montante equivalente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor da prestação vincenda do serviço da dívida do mês corrente, incluindo principal, juros e demais acessórios; e XLI - manter-se, durante todo o período do financiamento, como agente no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e
- v. Manter a contratação do produto SP100, referente ao seguro de repactuação de risco hidrológico.

Cumprimento de acordo contratual (“covenants”)

No entendimento da Administração da Companhia, pelo indicado acima, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2024.

13. Impostos e contribuições a recolher

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
CSLL a recolher	110	-
COFINS a recolher	170	16
PIS a recolher	21	49
Contribuição social sobre lucro líquido a recolher	96	226
INSS sobre terceiros a recolher	11	11
Outros	<u>23</u>	<u>27</u>
	<u>431</u>	<u>329</u>

14. Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém transações comerciais usuais com partes relacionadas, que consistem em importações e exportações de insumos de produção, produtos acabados, realizadas estritamente em condições acordadas entre as partes.

Transações com partes relacionadas

Em 2024 e 2023, a Companhia possuía as seguintes partes relacionadas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Empresas do Grupo:

- Tix Participações e Administração Ltda. (i);
- Química Amparo Ltda. (ii);
- Amparo Energia Investimentos e Participações Ltda. (iii).

Pessoas Físicas (Sócios)

- Ana Maria Veroneze Beira;
- Waldir Beira Júnior;
- Antonio Ricardo Beira; e
- Jorge Eduardo Beira.

- (i) Em 2015, a Companhia assinou contrato de prestação de serviços de administração, contábeis, financeiros, gestão de ativos e de recursos humanos, de consultoria e correlatos junto a TIX Participações e Administração Ltda. O contrato por tempo indeterminado será reajustado anualmente todo dia 1º de agosto de cada ano conforme índice de correção de salários estabelecido pelo sindicato dos funcionários da contratada. Ao final do exercício de 2024, a Companhia possuía saldos a pagar para Tix no montante de R\$ 166 (R\$ 180 em 2023) e o total reconhecido em despesas foi de R\$ 1.898 (R\$ 1.930 em 2023);
- (ii) Em 2016, a Companhia assinou contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 16.2.0698.1 com BNDES e a Química Amparo Ltda. assinou como interveniente;
- (iii) A Amparo Energia Investimentos e Participações Ltda. detém 99% do capital da Companhia, além de ser a interveniente no contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 16.2.0698.1 com BNDES.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024, os acionistas deliberaram conforme previsto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76 por permanecer sem remuneração a Administração no período.

15. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía passivos relacionados a contingências que necessitassem ser divulgados ou provisionados.

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o Capital Social é composto por 142.878.808 ações ordinárias nominativas. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. A Amparo Energia Investimentos e Participações Ltda. detém 99% do capital social da Santa Helena Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Quotistas	Quantidade de ações	Participação (%)
Amparo Energia Investimentos e Participações Ltda.	141.450	99
Demais Sócios	1.429	1
	142.879	100

b) Reserva legal

É constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto, na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.

c) Reserva para retenção de lucros

As reservas de lucros são feitas em contas próprias e fazem parte do Patrimônio Líquido da Companhia, segundo o art. 182 da Lei nº 6.404/76.

A Administração encaminhará para apreciação da Diretoria da Companhia em reunião a ser realizada até dia 25 de fevereiro de 2025, a proposta da destinação dos lucros do exercício de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

d) Distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício. A Administração deliberará sobre a destinação dos dividendos em Assembleia Geral.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório é demonstrado a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	11.876	9.139
(-) Reserva legal	<u>(594)</u>	<u>(457)</u>
	11.282	8.682
(x) Percentual definido na 6404/76	25%	25%
(=) Dividendo mínimo obrigatório	<u>2.821</u>	<u>2.171</u>

17. Receita operacional líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional		
Contrato - Geração Própria	34.989	32.034
Mercado Livre	7.388	26.252
(-) Impostos incidentes sobre vendas	<u>(1.751)</u>	<u>(5.389)</u>
Total	<u>40.626</u>	<u>52.897</u>

18. Gastos de produção, despesas administrativas e gerais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
(a) Gastos com produção		
Suprimentos de energia	(6.036)	(23.740)
Depreciação e amortização	(7.031)	(6.979)
Serviços de terceiros	(2.535)	(3.119)
Seguros	(442)	(380)
Manutenção	(1.329)	(804)
demaís gastos	<u>(234)</u>	<u>(117)</u>
Total do custo das vendas	<u>(17.607)</u>	<u>(35.139)</u>
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
(b) Despesas administrativas e gerais		
Serviços de terceiros	(2.783)	(1.978)
Telefone	(123)	(133)
Legais e judiciais	(119)	(114)
Despesas de viagens, hospedagens e refeições	(92)	(65)
Veículos	(67)	(51)
Demaís despesas	<u>(94)</u>	<u>(117)</u>
Total	<u>(3.278)</u>	<u>(2.458)</u>

SANTA HELENA ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
(c) Despesas tributárias		
Tributos municipais	(14)	(14)
I.T.R.	(11)	(8)
Demais Tributos	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Total	<u>(26)</u>	<u>(23)</u>

19. Resultado financeiro líquido

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.792	2.372
Juros ativos	16	5.455
Descontos obtidos	6	-
Outras receitas financeiras	<u>98</u>	<u>61</u>
Total	2.912	7.888
Despesas Financeiras		
Juros Passivos	(8.535)	(9.214)
I.O.F	(26)	(10)
PIS e COFINS sobre receita financeira	-	(367)
Despesas bancárias	(2)	(2)
Outras despesas financeiras	<u>5</u>	<u>(236)</u>
Total	(8.558)	(9.829)
Resultado Financeiro Líquido	<u>(5.646)</u>	<u>(1.941)</u>

20. Instrumentos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado

(i) Risco com taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia virem a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para gerenciar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, em condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou em risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais que 3 anos
Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Caixa e equivalente de caixa	4	14.256	-	-
Fornecedores	11	1.565	-	-
Empréstimos e financiamentos	12	6.900	6.900	75.521
Saldo em 31 de dezembro de 2023				
Caixa e equivalente de caixa	4	16.715	-	-
Fornecedores	11	1.242	-	-
Empréstimos e financiamentos	12	6.888	6.888	81.377

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

(e) Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos		
Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 4)	14.256	16.715
Passivos		
Mensurados ao Custo amortizado		
Fornecedores (Nota nº 11)	1.565	1.242
Empréstimos e financiamentos (Nota nº 12)	89.321	95.153

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo. Utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis):

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e bancos	203	-	-
Aplicações financeiras	-	14.053	-
	2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e bancos	364	-	-
Aplicações financeiras	-	16.351	-

A Companhia não deteve durante o exercício findo em 2024, instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

(f) Qualidade dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada, conforme segue:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** a Companhia mantém os depósitos bancários em instituições financeiras reconhecidas;
- **Contas a receber:** referem-se, basicamente, a vendas para terceiros e partes relacionadas. O risco relativo a transações com partes relacionadas é considerado baixo. Com relação a vendas para terceiros, a Companhia possui procedimentos e controles para analisar o crédito dos clientes a cada transação de venda e determinar os limites de créditos concedidos aos seus clientes.

(g) Análise dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido por meio de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são os habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB e classificadas como custo amortizado, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros na Companhia são apresentadas a seguir:

	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalente de caixa	14.256	14.256	16.715	16.715
Contas a receber e outros ativos	4.945	4.945	6.717	6.717
Passivo				
Fornecedores e outras contas a pagar	1.692	1.692	3.119	3.119
Empréstimos e financiamentos	89.321	89.321	95.153	95.153

(h) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, financiamentos e empréstimos. Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram que fossem apresentados mais dois cenários, sendo apresentado neste caso, cenários com deterioração e apreciação das taxas em 25% (cenário I) e 50% (cenário II) da variável do risco considerado, além dos cenários prováveis.

A seguir, são considerados dois cenários de taxas de juros, apreciação e depreciação, com os respectivos impactos nos resultados:

SANTA HELENA ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	nota	2024	Taxa anual	Cenário	Apreciação de taxas		Depreciação das taxas	
					Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	4	14.053	11,41%	1.603	2.004	2.405	1.202	802
Aplicações Financeiras - vinculadas	9	3.645	10,71%	390	488	585	293	195
Empréstimos e financiamentos	12	(89.321)	10,08%	(9.004)	(11.255)	(13.506)	(6.753)	(4.502)

	nota	2023	Taxa anual	Cenário	Apreciação de taxas		Depreciação das taxas	
					Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	4	16.351	12,34%	2.018	2.523	3.027	1.514	1.009
Aplicações Financeiras - vinculadas	9	7.419	12,90%	957	1.196	1.436	718	479
Empréstimos e financiamentos	12	(95.153)	9,20%	(8.754)	(10.943)	(13.131)	(6.566)	(4.377)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura do seguro contratada para incêndio e outros riscos, de bens do imobilizado foi renovada, mantendo o montante de R\$ 205.062 (R\$ 194.006 em 31 de dezembro de 2023).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Amparo/SP, 14 de março de 2025

JORGE
EDUARDO
BEIRA:13796
555870

Assinado de forma
digital por JORGE
EDUARDO
BEIRA:13796555870
Dados: 2025.03.20
11:39:15 -03'00'

Jorge Eduardo Beira
Diretor Vice-Presidente
CPF(MF) 137.965.558-70

CRISTIANA GOES DA
SILVA:44433948268

Assinado de forma digital por
CRISTIANA GOES DA
SILVA:44433948268
Dados: 2025.03.20 13:40:37 -03'00'

Cristiana Goes da Silva
Contadora
CRC: AM-009343/O-2
Responsável técnico